

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.484, DE 2001 (MENSAGEM Nº 305/2001)**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora São Joaquim Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

**Autora:** Comissão de Ciência e Tecnologia,  
Comunicação e Informática.  
**Relator:** Deputado RENATO VIANNA

### **I - RELATÓRIO**

O projeto de decreto legislativo em epígrafe, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pretende aprovar o ato constante do Decreto de 26 de março de 2001, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão outorgada à Rádio Difusora São Joaquim Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

O ato de renovação foi submetido à aprovação do Congresso Nacional pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 305/2001 (TVR nº 711/2001), invocando o disposto no art. 49, inciso XII, c/c o § 3º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

Cabe a esta Comissão o exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em comento.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A renovação da concessão de emissoras de rádio compete ao Poder Executivo, nos termos do *caput* do art. 223 da Constituição, sendo da competência exclusiva do Congresso Nacional sua apreciação (CF, art. 223, § 1º, c/c o art. 49, XII). De acordo com o Regimento Comum, a matéria deve ser veiculada por meio de decreto legislativo.

A regularidade do processo de renovação feito no âmbito do Poder Executivo foi objeto de exame da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que se pronunciou pela sua homologação, elaborando o respectivo projeto de decreto legislativo.

Quanto à juridicidade da proposição sob exame, nada há a objetar, uma vez que são respeitados os princípios gerais do Direito e a sistemática do direito positivo brasileiro.

A técnica legislativa do projeto observa as determinações da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela de nº 107, de 2001, relativamente à elaboração das leis.

Em tais condições, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.484, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado RENATO VIANNA  
Relator